

O 25 DE ABRIL E A FÓRMULA DE PETROGRADO

Numa entrevista relativamente recente¹, a ex-militante do Partido Comunista Português Zita Seabra fez, sobre o processo revolucionário que se seguiu ao 25 de Abril de 1974, algumas declarações que merecem alguma reflexão. O diálogo com a jornalista Ana Soromenho iniciou-se do seguinte modo:

Comemorou-se agora o centenário da Revolução Russa. Distanciando-nos do contexto da efeméride, que sentido pode ter hoje a palavra revolução? Consegue pensar em novos significados?

Não. A revolução é uma ideia de ruptura resultado de uma ideologia revolucionária e é sempre muito perigosa porque leva a sistemas totalitários. Nunca pode ser um caminho. Por isso é que o 25 de Abril não foi propriamente uma revolução.

O que foi então?

Um golpe contra uma ditadura.

Substituir a palavra revolução por golpe não é a mesma terminologia usada pela direita que não gostou do 25 de Abril?

O partido comunista também a usava. Para o PCP, comparando com o que aconteceu na Rússia, o que se passou no 25 de Abril correspondia à revolução de Fevereiro. Faltava ainda fazer a Revolução de Outubro e por isso sempre se entendeu o 25 de Abril como um golpe de Estado. A revolução perdeu-se no 25 de Novembro, felizmente. Mas para Cunhal faltava cumpri-la e até ao fim achou que ainda estava em curso.

Esta visão da manobra política do PCP, procurando repetir a fórmula de Petrogrado do ano de 1917, não é nova e, devo confessar, foi justamente a convicção que partilhei, sensivelmente, a partir de Maio de 1975. O conhecimento da História leva-nos, frequentemente, para este tipo de comparações, umas vezes mais acertadas do que outras, como tudo na vida. Não se sabendo História – como era notoriamente o caso de muitos portugueses que conviveram de perto com as vicissitudes do processo revolucionário –, os fantasmas do passado não contam muito e os cérebros ficam disponíveis para os fantasmas do dia.

A Revolução Russa teve, efectivamente, dois impulsos distintos:

1. Em Fevereiro (Março pelo calendário gregoriano), foi decretada uma greve geral, eclodiram motins de rua e, a breve trecho, as unidades militares colocaram-se ao lado dos revoltosos. A Duma entendeu pôr-se ao lado da população e deliberou romper com o governo, prender os ministros e constituir um governo provisório destinado a salvar o país da anarquia e a permitir a condução da guerra até à vitória final. Poucos dias depois, o Czar compreendeu que já não reunia a confiança dos seus súbditos e abdicou. Formou-se, então, outro governo provisório, encabeçado pelo príncipe Lvov, mas, na prática, porém, o verdadeiro poder ia, progressivamente, transitando para os conselhos de operários e soldados – os soviets – que dominavam a agitada vida da capital russa. Com a chegada de Lenine do seu exílio na Suíça – com a prestimosa colaboração dos Alemães –, a agitação sofreu novo impulso, sob a acção dos seus partidários

¹ Ao Expresso Revista de 25 de Novembro de 2017.

bolcheviques. Após a queda do governo de Lvov e a formação do governo de Kerenski, a degradação da situação política, económica e militar vão oferecer a oportunidade para novo golpe de força.

2. Nas semanas imediatas, a ala minoritária do Partido Social Democrata – os bolchevistas –, liderada por Lenine, Trotsky e Bukharine, conduziu acções de agitação para conquistar o poder, apoiando-se em significativa parte da guarnição militar de Petrogrado e num vasto movimento do operariado urbano. Na noite de 24 para 25 de Outubro, o movimento bolchevique desencadeou, com sucesso, as operações de controlo da capital habituais em casos de conquista revolucionária do poder. A 26 de Outubro, Lenine anunciou a formação de um novo governo, a socialização da terra e o lançamento de uma proposta de armistício de 3 meses para cessar com a guerra.

De acordo com a sugestão de Zita Seabra – com a qual só posso concordar –, em 1. teríamos a semelhança com o golpe de 25 de Abril de 1974, ao qual se seguiria um processo revolucionário que deveria conduzir a algo de comparável ao efeito da revolução de Outubro. Não é de esperar que a história oficial do PCP venha a corroborar, nos anos mais próximos, a versão da ex-militante e dirigente comunista. A busca da verdade histórica é um processo demorado e que exige paciência e ausência de paixão. Mas já é possível ir reflectindo, sobretudo a partir de depoimentos fidedignos dos principais intérpretes do processo revolucionário português de 1974-75.

Uma das obras mais elucidativas das aspirações daqueles que pretenderam ir além do golpe de Estado é a entrevista ao ex-primeiro-ministro general Vasco Gonçalves elaborada no âmbito do Centro de Documentação 25 de Abril (Universidade de Coimbra) e da responsabilidade de Maria Manuela Cruzeiro. Publicada em Outubro de 2002, com o título *Vasco Gonçalves – Um general na revolução*, a obra é rica em explicações sobre anseios e frustrações da ala revolucionária do MFA², sendo merecedora do maior respeito do ponto de vista da verdade histórica.

Nas suas declarações, aludindo aos seus mais fiéis seguidores nas fileiras do MFA, Vasco Gonçalves designa-os como «militares mais esclarecidos», o que, em termos históricos, já é bastante esclarecedor. É verdade que, no seio do MFA, tanto os mais esclarecidos como os menos esclarecidos haviam assistido, antes do 25 de Abril, à luta que a oposição democrática travara para obter o direito a eleições livres e justas. Era natural, portanto, que encarassem a via eleitoral como algo de verdadeiramente sagrado e inultrapassável em termos de legitimidade. Por conseguinte, concordamos com o entrevistado quando, muito justamente, afirma que «... é preciso ver que o MFA não era um movimento revolucionário. Precisava de derrubar o fascismo para poder pôr fim à Guerra Colonial por meios políticos, mas não tinha ao princípio, no seu horizonte, uma revolução social.» (p. 67)

A breve trecho, porém, se colocou a hipótese de o MFA, transformado em movimento revolucionário, se constituir em vanguarda do povo. Conforme Vasco Gonçalves recorda, a propósito do discurso do Sabugo (20-02-1975), «...não podíamos perder por via eleitoral as conquistas que o povo português ia alcançando». (p. 116) Aliás, a passagem do dito discurso – que abordava as eleições que se iriam realizar em Abril de 1975 – era ainda mais perturbadora e geradora de desconfiança:

O voto do Povo Português não vai ser exercido contra a liberdade; tem de ser exercido pela liberdade. Nós não vamos perder, por via eleitoral, aquilo que tanto tem custado aos

² MFA – Movimento das Forças Armadas.

Portugueses. Por isso, os programas dos partidos devem ser progressistas; programas que tenham em conta, precisamente esses objectivos.³

Nesta reveladora passagem do discurso do Sabugo, Vasco Gonçalves não faz mais do que manifestar o seu receio relativamente ao resultado das eleições que em breve se realizariam, apreensão que não era mais do que o elementar reconhecimento de que eleições e revolução não eram (nem são) compatíveis. Uma verdade histórica que dir-se-ia ter escapado aos “mais esclarecidos” e que, no processo revolucionário português teve o seu momento de ruptura na mudança de cenário ocorrido após serem conhecidos os resultados das eleições de 25 de Abril de 1975, destinadas a eleger os deputados à Assembleia Constituinte.

Regressando ao conceito de vanguarda referido pelo general, era preciso, então, saber se ela existia, isto é, se o MFA dispunha dos meios humanos capazes de materializar esse autêntico motor da revolução. A este propósito, diz-nos Vasco Gonçalves: «... a maior parte dos oficiais (nomeadamente do QP) despertava agora para a consciencialização dos grandes problemas do país através do contacto directo com a realidade social portuguesa [...] Tornava-se, por isso, necessário um forte enquadramento político [...] que conduzisse ao esclarecimento e à adopção de uma linha de acção coerente, de acordo com o Programa. **Ora nós não dispúnhamos de um número de militares suficientemente preparados para tal trabalho político**». (pp. 125-126/sublinhado nosso)

Inexistindo esse número, os «militares mais esclarecidos do MFA» deviam sabê-lo melhor do que ninguém, porque num cenário de revolução criam-se as condições ideais para a dúvida, o medo e a indisciplina, tudo **ofertas que a contra-revolução aguarda com ansiedade**. A recordação da assembleia do MFA de 8 de Julho de 1975 proporciona, a este respeito, uma das passagens mais reveladoras da entrevista. Vasco Gonçalves recapitula as ideias do seu discurso de então e admite que, pouco tempo depois, tinha chegado à conclusão de que a ideia da existência de uma vanguarda política era um conceito que «estava demasiado avançado em relação ao grau de amadurecimento político dos militares». (pp. 179-180) Depois, relembra que, na mesma assembleia, foi apresentado o Documento-Guia da Aliança Povo-MFA que, no seu entender, «era até mais radical do que o meu, e os dois foram aprovados no mesmo dia, apesar de um discurso moderado que o general Costa Gomes fez no início dessa mesma assembleia e com o qual também concordei» (p. 180) – o que, pode dizer-se, não traduz um grau de “esclarecimento” particularmente firme.

O Programa do MFA (PMFA) também é invocado, diversas vezes, de forma algo hesitante e contraditória. Por um lado, afirma Vasco Gonçalves que «É bom que se saliente que nós empenhámos a nossa honra e comprometemo-nos uns com os outros sobre o Programa do MFA», (p. 57) o que carece de algum esclarecimento adicional. Quem ler esta afirmação e não tiver andado nos meandros da conspiração poderá ser levado a imaginar que o Programa foi amplamente discutido antes de 25 de Abril de 1974 e devidamente aprovado e jurado. A verdade é que a generalidade dos militares de Abril teve conhecimento do dito Programa ao mesmo tempo que o resto do povo português, isto é, a 26 de Abril de 1974.

Ainda a propósito do mesmo documento, Vasco Gonçalves discorda de Dinis de Almeida quando este o classifica de «franca e preocupante generalidade», replicando que o PMFA compreendia «um processo de democratização com a instauração de liberdades e direitos políticos e sociais, a realização de eleições livres para uma assembleia constituinte, uma política económica posta ao serviço do povo, particularmente das camadas mais desfavorecidas, o que implicava, necessariamente, uma estratégia antimonopolista. Tratava-se, pois, de princípios orientadores e não generalidades». (p. 59) Mais à frente, porém, revela bastante menos entusiasmo ao referir: «Se ler o Programa do MFA, verá que é um documento simples, uma declaração de princípios simples, apesar de responsável.» (p. 115)

³ <https://www.marxists.org/portugues/goncalves-vasco/1975/02/20.htm> .

Ao aproximarmos-nos do final da entrevista percebemos a enorme ferida que Vasco Gonçalves guarda relativamente ao *Grupo dos Nove*. Importa salientar que a mágoa sentida pelo general o faz mergulhar numa contradição repetidamente afluída ao longo da entrevista: a confessada escassez de «quadros suficientemente preparados» e a espécie de teimosia em, mesmo assim, querer avançar em passo acelerado. É difícil, por conseguinte, determinar se se trata de preclara lucidez ou teimosa cegueira a afirmação que faz, em jeito de remate:

Em conclusão: a diferença estava na forma como era encarado o atraso da consciência social. Os moderados consideravam-no, quase fatalisticamente, como obstáculo às transformações revolucionárias; os outros, os chamados gonçalvistas, viam-no como um desafio à nossa capacidade mobilizadora. (p. 201)

Por fim, na apreciação que faz de Melo Antunes (p. 207 e sgs), Vasco Gonçalves traça do seu camarada o seguinte perfil:

Melo Antunes apoiou o processo revolucionário até a um certo ponto. À medida que este se aprofundou, foram surgindo as suas reservas quanto à legitimidade de certas medidas e a sua correspondência com o exercício das liberdades políticas e com o respeito pela vontade popular maioritária. As divergências entre ele e a esquerda militar, de que eu fazia parte, manifestaram-se em aspectos como a unicidade sindical (que acabou por apoiar, após ter manifestado certas reservas), o Plano Económico de Transição e o primeiro Pacto MFA-Partidos. Lembro-me de que não quis tomar parte activa nas negociações do Pacto, ao contrário do que seria de esperar, dado o seu prestígio e a sua preparação política. Embora tenha acompanhado indirectamente essas negociações, penso que não quis participar por ter reservas quanto à legitimidade do MFA propor condicionalismos à Assembleia Constituinte (consagração das conquistas democráticas alcançadas por via revolucionária), que, no seu entender, limitavam as liberdades políticas da Assembleia. Por outro lado, manifestava reservas quanto ao Partido Comunista e às suas alegadas “tendências hegemónicas”, à Intersindical, à actuação da classe operária e das massas populares. Salientava que haviam sido os militares e não a classe operária a derrubar o fascismo.

Só faltou dizer que, no caso português, apesar da tentativa, a *fórmula de Petrogrado* não assentava como uma luva. Como o próprio Melo Antunes haveria de declarar, em entrevista de 2004...

...houve um momento em que uma parte do PCP (não creio que fosse o PCP todo, mas apenas uma parte) e, sobretudo, os militares mais a ele ligados pensaram que, de facto, seria possível – e mais do que possível, um objectivo – chegarem ao poder por via revolucionária e, portanto, instalarem um regime de tipo soviético.⁴

David Martelo – Janeiro de 2018

⁴ Entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, *Melo Antunes, o sonhador pragmático*, p. 324.